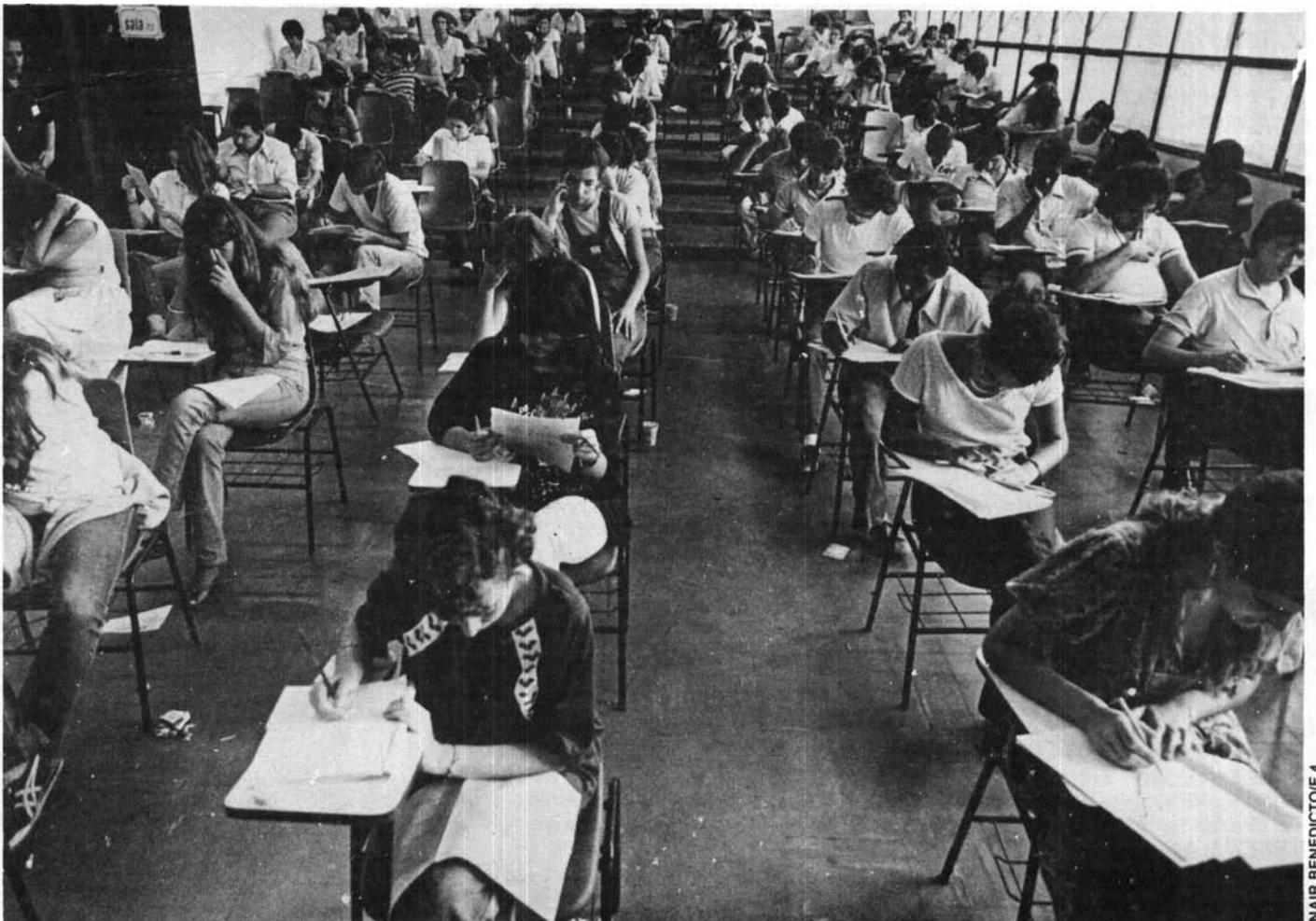


Política Educacional e Formação Profissional do Psicólogo





A Universidade Brasileira está em crise. O mercado de trabalho não absorve o grande número de psicólogos formados anualmente. O ensino está deteriorado e a mão-de-obra desqualificada.

Até que ponto essas afirmações são verdadeiras? Como está o ensino da Psicologia? Como os profissionais estão atuando dentro da realidade brasileira?

Psicologia, Ciência e Profissão ouviu psicólogos e professores sobre o tema.

Nosso objetivo é levantar uma ampla discussão sobre os rumos históricos da política educacional brasileira e suas consequências na formação e profissionalização do psicólogo.

A discussão inicial ficou centrada em São Paulo, por alguns motivos: é onde se concentra a metade dos psicólogos existentes no País e, somente a Universidade de São Paulo é responsável por um terço de toda produção científica, cultural e tecnológica nacional.

Evidentemente, a situação geral observada não é diferente das demais regiões, considerando-se algumas especificidades.

Colaboraram para a realização desse trabalho, os seguintes profissionais:

Demerval Saviani — Filósofo (PUC/SP), doutor em Ciências Humanas (PUC/SP), Coordenador e professor do Programa de Doutorado em Educação na PUC/SP e professor na Pós-Graduação em Educação da UNICAMP.

Maria Helena Souza Patto — Psicóloga, professora assistente doutora (USP). Professora de Psicologia Escolar no Instituto de Psicologia da USP, orientadora na Pós-Graduação (USP) e pesquisadora em Educação na Fundação Carlos Chagas Maria do Carmo Guedes — Filósofa (USP), doutora em Psicologia (PUC/SP) Professora de Metodologia da Pesquisa na Pós-Graduação da PUC/SP.

Teresa Maria Pires de Azevedo Serio — Psicóloga (PUC/SP) e Professora de História da Psicologia — Psicologia PUC/SP

Isaias Pessoti — Filósofo (USP), doutor em Psicologia (USP); Assessor do Secretário de Educação de São Paulo e Professor-adjunto de Psicologia Médica na Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (USP).

Paulo Roberto Martins Maldos — Psicólogo (PUC/SP); Diretor do Instituto Sedes Sapientiae e Coordenador do Centro de Educação Popular do mesmo Instituto.

Ana Mercês Bahia Bock — Psicóloga (PUC/SP); Presidenta do Sindicato dos Psicólogos no Estado de São Paulo e professora de Psicologia Educacional e Psicologia Social na PUC/SP

Sigmar Malvezzi — Psicólogo (PUC/SP); Professor de Psicologia Aplicada, Psicologia da Indústria e Psicologia nas Organizações na PUC/SP, Faculdades Integradas Objetivo e Fundação Getúlio Vargas.



A crise do modelo

Houve uma constatação geral, por parte de todos os entrevistados, de que o ensino universitário brasileiro, principalmente na área de Ciências Humanas, revela a total inadequação do modelo educacional implantado.

A Reforma Universitária de 1968, depois de vivenciada nesses vários anos de prática, além de não ter resolvido os problemas que pretendia, acabou gerando um série de outros.

A insatisfação, tanto de alunos como professores, é sentida em todas as escolas e, nos últimos anos, a palavra "crise" faz parte do cotidiano universitário.

Demerval: "Discordo da afirmação de que a Universidade Brasileira está em crise. Ela se desenvolveu bastante nos últimos anos e apresentou um razoável dinamismo em termos de produção científica e acadêmica.

Não é a Universidade que está em crise, e sim o modelo tecnocrático de Universidade implantado no Brasil. Quanto a isso parece haver um consenso de que ele está em crise. Todos os setores assim o proclamam — os alunos, desde a sua implantação, os professores, o Conselho de Reitores e até o MEC e órgãos oficiais já levantaram uma série de questões nessa direção."

Maria Helena: "Com o rumo que se tentou imprimir à Universidade depois da Revolução de 1964 e com a Reforma de 68, o que acabou se reforçando foi o modelo tecnocrático, com um apoio muito maior àquelas Unidades e Instituições que poderiam fornecer mão-de-obra qualificada para atender o novo modelo econômico. Com isso, os cursos na área de Ciências Humanas foram pouco privilegiados dentro da política de dotação orçamentária, contratação de docentes e condições de

trabalho, em relação às áreas mais tecnológicas".

Para que possamos entender as origens e causas desse modelo é preciso remontar ao contexto econômico, social e político da década de 60. Não retrocedendo muito, vamos situar o corte efetuado em 1964, que significou a solução da contradição entre a ideologia política e o modelo econômico.

A escolha dos militares

(O texto a seguir foi totalmente extraído da entrevista do professor Demerval Saviani).

A ideologia política que dominou o Brasil no período pré-64 foi a do nacionalismo desenvolvimentista. Essa ideologia ficou sendo gestada no período pós-30, teve uma presença marcante na primeira metade da década de 50, no governo Vargas, e depois foi assumida de forma mais explícita e elaborada no governo Kubitschek, a partir da teorização desenvolvida no Instituto Superior de Assuntos Brasileiros.

Ao mesmo tempo em que essa ideologia se tornava dominante no plano político, tentava-se entusiasmar, envolver e engajar a população brasileira no esforço de superação do subdesenvolvimento.

O nacional desenvolvimentismo significava um desenvolvimento autônomo, independente do domínio externo — a exigência do desenvolvimento de uma indústria nacional.

O governo de Juscelino Kubitschek ao mesmo tempo que estimulava uma ideologia política nacionalista, no plano econômico levava a cabo a industrialização do país através de uma progressiva desnacionalização da economia.

Essa contradição entre modelo econômico e ideologia política se encontrava latente em todo o processo. Ela vai se tipificando à





BANCO DE DADOS/FSP

As forças da sociedade levantam a necessidade da reforma educacional

medida que a industrialização avança, até emergir como contradição principal, quando se esgota o modelo de substituição de importações. Em 1960 já não dependíamos da importação de manufaturados. A meta da industrialização havia sido atingida.

Se os empresariados nacional e internacional, as classes médias, o operariado e as forças de esquerda se uniram em torno da bandeira da industrialização, as razões que os levaram a isso eram divergentes. Assim, enquanto para a burguesia e para as classes médias, a industrialização era um fim em si mesma, para o operariado e as forças de esquerda ela era apenas uma etapa. Por isso, atingida a meta, enquanto a burguesia busca consolidar seu poder, as forças de esquerda levantam nova bandeira: trata-se da

nacionalização das empresas estrangeiras, controle de remessas de lucros, de dividendos e as reformas de base — tributária, financeira, agrária, educacional, etc.

Tais objetivos eram uma decorrência da ideologia política do nacionalismo desenvolvimentista que, entretanto, entram em conflito com o modelo econômico vigente. Daí a alternativa: ajustar a ideologia política ao modelo econômico ou vice-versa? A Revolução de 64 resolveu o conflito em termos da 1.ª opção. Em consequência, a ideologia do nacionalismo desenvolvimentista foi substituída pela doutrina da interdependência, elaborada no seio da Escola Superior de Guerra.



Ψ EM DEBATE



Os estudantes, com o apoio da população, resistiram à Reforma de 1968.

“Façamos a reforma antes que outros a façam”

Essa adequação da ideologia política ao modelo econômico justificava o controle dos militares sobre o processo político global do país, envolvendo aí, o planejamento da economia. Este visava a modernização acelerada, que se traduzia através da busca do máximo de eficiência com um mínimo de dispêndio, racionalização de recursos para obter o máximo de resultados.

O problema do desenvolvimento global do país era entendido como um problema de eficiência técnica e a opção do Brasil pelo Ocidente era explicada através de razões históricas, políticas, culturais, econômicas e, principalmente, geográficas (Golbery, no livro “Geopolítica do Brasil”).

Estabelecido isso, o Brasil dentro do bloco capitalista, o desenvolvimento do país é um problema de eficiência técnica, de racionalização de recursos.

A partir daí esboça-se a concepção tecnocrática. O bloco de poder constituído a partir de 64, era resultante de uma aliança entre os militares e os tecnocratas. O governo militar assume o poder e chama para orientar o processo político, elementos da tecnoburocracia civil que passam a organizar o planejamento econômico com base nos critérios de uma racionalidade técnica.

É essa a concepção que vai orientar também a reforma da Universidade. Então, são celebrados os acordos chamados MEC-USAID e estudos são realizados no sentido de repensar o ensino superior.

Em 1968 realiza-se no Rio de Janeiro, um fórum — “A Educação que nos convém” organizado pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Sociais (IPES).

Esse Instituto, que se organizou em 1961, era uma espécie de partido ideológico do empresariado. Muitos aspectos discutidos pelo Instituto no Fórum, foram incorporados à Reforma Universitária.

O movimento estudantil resistiu a essa tendência colocando-se na oposição e denunciando o novo regime como ditador e entreguista.

Os estudantes decidem, também, fazer a Reforma pelas próprias mãos — ocupam as Universidades e instalam cursos pilotos.

Em consequência disso, o governo, como raciocinando em termos de “façamos a reforma antes que outros a façam”, apressou-se a desencadear o processo que culminou na Lei 5.540/68 de 28 de novembro de 1968. Estava consumada a ruptura política. O Ato Institucional n.º 5, de 13 de dezembro de 68, seguido dos Decretos-Leis 464 e 477, de fevereiro de 1969, deu o golpe de misericórdia na ideologia do nacionalismo desenvolvimentista, que deixou o cenário político brasileiro passando a fazer parte da sua história.

Algumas conseqüências

A Lei 5.540/68 é baseada na concepção tecnicista, que tem três princípios: racionalidade, eficiência e produtividade. É a busca do máximo de resultados com o mínimo de dispêndio.

A partir desse princípio, uma série de medidas foram adotadas: o ciclo básico, o regime de crédito, a matrícula por disciplina e a departamentalização.

Essas medidas se justificavam através de razões pedagógicas e econômicas, que nem sempre são compatíveis. Por vezes, razões pedagógicas, se levadas a sério, vão provocar maiores dispêndios.



Ψ EM DEBATE

Na prática, o que ocorreu foi o seguinte: as escolas públicas que tinham verbas consignadas em orçamento, tenderam a explorar as razões pedagógicas e as escolas particulares (tipo empresariais) se fixaram nas razões econômicas.

A expansão do ensino superior nesse período ocorreu via escolas particulares, que realizaram de forma mais acabada o modelo proposto. O ensino superior, depois de 68, passou a ser predominantemente privado (mais de 70% das matrículas) o que deixou à mostra o objetivo da Reforma: a privatização do ensino superior.

Um retrato da formação e atuação do psicólogo

A tecnificação do ensino superior trouxe conseqüências, especialmente para a Psicologia, que foram incorporando-se aos currículos, à compreensão da Psicologia enquanto ciência e à atuação do psicólogo.

Mas, algumas especificidades precisam ser entendidas.

A política educacional é necessário acrescentar a história de como os cursos de psicologia surgiram, da classe social que buscava esse ensino e suas aspirações, o atendimento dessas expectativas nas escolas e o mercado de trabalho para uma profissão pouco reconhecida.

Isaias Pessoti: "Eu participei da formação dos primeiros psicólogos e posso afirmar que ela foi viezada. Não se fazia o pretendido, o desejado, porque o currículo prescrevia certas disciplinas. Muitas vezes não havia um docente para determinada disciplina e outro era chamado a substituí-lo — como até hoje ocorre. Por exemplo, quem entendia Piaget,

dava Piaget com diversos nomes — Psicologia da Criança, da Aprendizagem...

Cada grupo lutava, com a melhor das intenções, para impor uma determinada direção à essa formação.

Então, as primeiras turmas de psicólogos tiveram que conviver com muitas brigas entre docentes — por que tanto laboratório, por que tanta aula teórica, por que tanta estatística? Aí, na formação dos psicólogos há uma predominância da Análise Experimental do Comportamento.

A elaboração dos currículos seguiu em grande parte a uma necessidade de compor correntes que já estavam, cada uma, com seu território assegurado e com suas equipes. Um sintoma disso pode ser observado, hoje, na Pós-Graduação da USP. Existem quatro áreas, sendo que as últimas a serem criadas foram Social e do Trabalho, e as primeiras foram Experimental, Clínica e Escolar."

Maria Helena: "Durante a efervescência política de 64 a 68, os cursos de Psicologia ficaram à margem, como se nada estivesse acontecendo.

Na época, os professores, os psicólogos e os alunos estavam vivendo o sonho de se transformarem em profissionais liberais, baseado no modelo médico de atuação.

Com a implantação do modelo tecnicista, em atendimento aos interesses da minoria que detinha o poder, pouco valor foi dado ao oferecimento de serviços à comunidade, que é o forte da formação do psicólogo."

Paulo Maldos: "O que acontece é uma política educacional voltada para a dinâmica e estrutura da sociedade hoje, ou seja, a formação de um profissional comprometido com seus interesses particulares, de classe (pequena burguesia), ou um assalariado de classe média alta, que é a aspiração básica do psicólogo.

A Universidade tenta satisfazer essa demanda, tanto social como de classe, dando instrumental para que as pessoas trabalhem nessas áreas.



Isso condiciona o limite em que os profissionais transitam, porque acaba sendo mais importante a formação teórica, intelectual, voltada para leitura de texto; de teorias desenvolvidas na Europa e Estados Unidos.

É limitada ao estudante a possibilidade de experimentar a realidade social brasileira, a cultura das grandes maiorias. De conhecer, por exemplo, como o serviço de saúde lida com a enfermidade mental; os movimentos comunitários, populares, outras estruturas — que poderiam ser um campo de trabalho, de atuação, de conhecimento — mas que não se experimenta, fica limitado ao debate teórico da Universidade.”

As características dos cursos de Psicologia são evidenciadas na estrutura e objetivos dos currículos. Estes, devido principalmente à forma como são elaborados, apresentam uma dupla dicotomia.

Além de estarem distanciados da realidade social e econômica do Brasil — dando privilégio à área de Clínica — também não oferecem uma formação adequada e suficiente para a atuação do profissional.

Durante um ano e meio, uma comissão de professores da USP fez uma análise do currículo de Psicologia da própria Universidade. O estudo revelou que os cinco anos de aprendizagem acabam se convergindo para a área de clínica, e clínica de atendimento em consultório, não o sentido clínico mais amplo.

A medula dorsal do currículo ainda é a mesma da época em que os cursos foram criados e o objetivo também é o mesmo. **Tereza Maria:** “Se tomarmos o currículo como o conjunto de coisas que o aluno faz dentro da escola para se tornar um profissional, então ele é o principal para essa formação. Se nos ativermos a discutir o currículo enquanto um conjunto e seqüência de disciplinas, esse produto pode ser bom, médio ou ruim. Do meu ponto de vista a valoração dele vai depender de como foi o processo de elaboração, de como se chegou a determinada proposta. Deveria

existir toda uma prática educativa dentro das escolas para que os currículos fossem elaborados coletivamente, envolvendo professores, alunos e funcionários.

Qual o significado da existência de currículos impostos, elaborados sem a participação da coletividade, sem a consideração das particularidades das diferentes faculdades e universidades? Esta questão nos coloca frente à discussão da prática social que fundamenta e dirige a prática educativa. E essa imposição de currículos reflete as práticas sociais dominantes em nossa sociedade.”

Maria do Carmo: “Reduzir a prática educativa a disciplinas implica numa série de aceitações do que seria uma prática social. A divisão do conhecimento em compartimentos, que acabam gerando separações entre professores, de alunos entre séries, já indica uma maneira de fazer o currículo. Ele não pode ser somente um conjunto de disciplinas. Há autores que lembram que currículo deve incluir o clima dentro do qual o fazer educativo está sendo considerado”.

Sigmar Malvezzi: “Um sintoma de que a escola está absolutamente alienada é o fato dela ter um currículo rígido que não tenha espaço para cursos optativos. Uma escola não pode ser simples transmissora e reprodutora de conhecimentos. Ela deve estar vinculada a uma realidade e isso não acontece de pára-quebras implica em estar sensível, atento, investigando e antevendo as modificações que ocorrem nessa realidade.

Os professores deveriam utilizar os cursos optativos como forma de pressionar a escola, de se trabalhar com um projeto. E esse projeto é algo que teria de ser assumido pela instituição como um todo, como um sintoma de que ela está ligada a uma realidade.”

O distanciamento das Universidades da realidade social brasileira, consequência da política educacional que implantou um modelo inadequado de ensino, trouxe também um resultado inevitável — mão-de-obra com carência de formação ou inadequada.



O mercado de trabalho, visto como atividade liberal, torna-se cada vez mais restrito, em grande parte pelo empobrecimento das camadas alta e média da sociedade.

E, para um mercado que atualmente se vislumbra — no Poder Público, nas instituições e empresas e nos movimentos populares — uma formação acadêmica fraca e comprometida, acima de tudo sem nenhuma consciência crítica.

Ana Bahia: "Hoje, os próprios recém-formados dizem que estão despreparados. Uma pesquisa, realizada recentemente pelo nosso Sindicato, mostrou que mais de 40% dos psicólogos entrevistados estão se dedicando a cursos de especialização, extensão cultural ou pós-graduação, pois percebem que estão despreparados.

O mercado de trabalho atual precisa de gente que entenda de Saúde Pública, Saúde Mental, e a Universidade ainda está formando os profissionais liberais.

A desqualificação existe pelo nível de ensino, mas é fundamentalmente uma desqualificação porque o tipo de profissional que está saindo das escolas não é aquele que o mercado precisa.

O despreparo também vem da própria formação. Há alunos que se formam sem nunca ter assistido a um cliente. Isso porque as faculdades — vistas como empresas para dar lucros — não investem nos cursos de Psicologia, que podem se tornar muito caros."

Isaias Pessoti: "O Psicólogo brasileiro incorporou um critério de avaliação subdesenvolvido, segundo o qual aquilo que não é conforme ao que se faz nos centros mais avançados, não vale, não presta — é ciência de segunda categoria ou ciência atrasada.

Esse pautar a própria avaliação pelo que se faz fora é um vício terrível da Psicologia Brasileira e tem matado toda a sua criatividade.

O pior dessa influência, independentemente se européia ou americana, é que ela distorce a avaliação da produção nacional. Qualquer trabalho escrito no Brasil é normalmente avaliado segundo a sua correspondência a

padrões vigentes em outros países."

Maria do Carmo: "Posso dizer que um aluno sai preparado se é para atuar no mercado imposto por essa sociedade, sem a atuação dele sobre esse mesmo mercado. Se é para atuar socialmente, digo que não. O que falta é exatamente um profissional que pesquise, que saiba decidir que ele não é o tipo para esse trabalho solicitado..."

Tereza Maria: "...um profissional que saiba reconstruir o conceito de competência profissional. Existe um conceito pré-estruturado para cada área do que é um profissional competente e esse conceito surge de um determinado diagnóstico que faz a sociedade.

O aluno deveria sair da escola sabendo se redefinir, vendo para si mesmo o que é ser competente hoje."

Paulo Maldos: "O fundamental da deterioração atualmente na Universidade é a troca de uma relação de conhecimento pela relação de compra e venda de uma mercadoria.

E nessa mercadoria coloca-se tudo — créditos, apostilas, livros estrangeiros, horas de aula — menos o conhecimento, a produção científica e a investigação da realidade social."

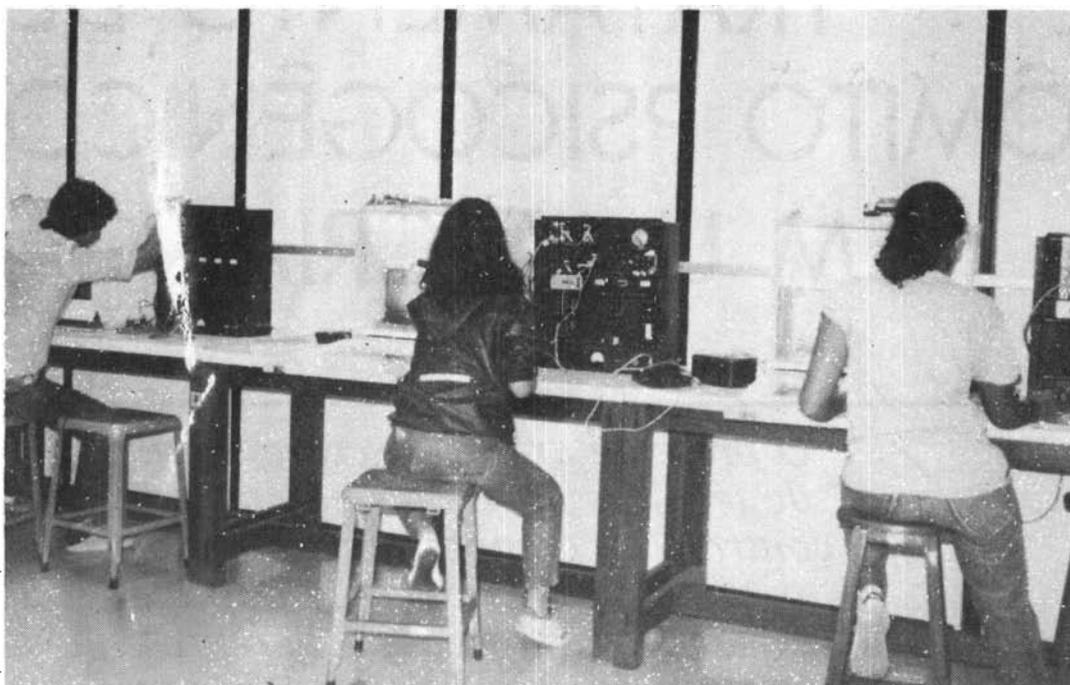
Sigmar Malvezzi: "Em 1979 fiz uma pesquisa com 63 psicólogos em 31 empresas. Descobri que a preocupação do psicólogo termina no produto de seu trabalho. Por exemplo, se é um psicólogo de treinamento e dá um curso de Relações Humanas para gerentes ele se preocupa que o curso seja bom, que todos entendam e pronto, termina aí. As conseqüências desse curso não o preocupam.

Assumi isto como um fator extremamente relevante: a incapacidade do psicólogo de verificar o seu produto no processo organizacional.

Dos 63 entrevistados somente um psicólogo, de acordo com os critérios do meu diagnóstico, estava preparado para lidar com os processos organizacionais, para ser um agente de transformação."

A necessidade de transformações na





É principalmente o conjunto de coisas que faz dentro da escola que define o profissional.

estrutura geral da sociedade se fez sentir mais intensamente nos últimos anos.

A sociedade civil se reorganiza e exige seus direitos básicos, o sonho do milagre econômico já não existe. Todos os setores se mobilizam para a conquista de melhores condições de vida, de liberdade política e de participação.

É dentro desse novo contexto político e econômico que o psicólogo, e a própria Universidade, estão redimensionando sua prática.

Ana Bahia: "O psicólogo tem as dificuldades, os problemas e as necessidades das mudanças como qualquer outro trabalhador.

Precisamos trabalhar e acreditamos que a população precisa do nosso trabalho, temos formas de contribuir para a saúde da população. Quando essa população começa a se organizar para reivindicar seus direitos ela irá colocar a questão da educação, da saúde. E, numa luta efetiva, aí estaremos nós. Esse avanço nos incluirá."

Maria Helena: "Queremos transformar o

psicólogo num cientista do humano, não um técnico em Psicologia. O seu papel é de transformação social e nessa linha a Psicologia está se desenvolvendo. O psicólogo irá trabalhar com relações de poder e submissão, com que estamos impregnados. Acho que aí existe um trabalho maravilhoso para o psicólogo, porque o poder não é uma coisa solta, localizado apenas na macro estrutura.

As relações autoritárias, de poder, estão nas relações do cotidiano, nas relações que cada um estabelece com o outro. Elas estão presentes na escola — relação professor-aluno, diretor-professor, psicólogo-cliente.

A partir do momento que o psicólogo tomar consciência da dimensão psicológica das relações de poder e, desenvolver métodos de terapia, de intervenção grupal em que essas relações sejam o centro das atenções, a matéria-prima do seu trabalho, ele estará contribuindo, indiscutivelmente, para a construção de uma sociedade mais democrática." □